



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES**

Rua dos Libaneses, nº 1998, Carmo, Araraquara/SP, CEP 14801-425 -

Fone (16) 3336-1888, Ramais 210/211 - E-mail: araraq1fam@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA - ALVARÁ**

Processo nº: 1007395-22.2017.8.26.0037 - Nº de Ordem 2017/001078  
 Classe - Assunto: Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor  
 Requerente: Luiz Carlos Degani e outro  
 Autor da herança: Vera Lúcia de Oliveira Degani

Juiz de Direito: Dr. Ivan Rodrigues de Andrade

**VISTOS.**

Cuida-se de pedido de expedição de alvará judicial para autorizar o resgate de resíduo previdenciário, a cargo do INSS, e de importância depositada em agente financeiro, ambos de titularidade de pessoa falecida.

Não consta interesse de incapazes e pela natureza e valores módicos dos créditos não há interesse fazendário, na forma da legislação estadual própria.

Não constam dependentes habilitados perante a Previdência Social, fls.26.

É como relato.

**DECIDO.**

O pedido é de pouca complexidade e pode ser conhecido e decidido de imediato, na forma postulada na exordial, preservados eventuais direitos de terceiros não conhecidos.

**ANTE O EXPOSTO,**

defiro o pedido inicial.

Faço-o para, preservados eventuais direitos de terceiros, autorizar o espólio de Vera Maria de Oliveira Degani, cpf 538.495.748-49, rg 4.734.917, cujo óbito ocorreu em 16/março/2017, representado por Arnaldo Degani Filho, cpf 066.819.268-27, rg 11.654.668, a proceder, junto ao INSS ou agência bancária que vier a ser indicada, ao integral resgate dos resíduos do benefício previdenciário de pensão por morte nº 072.249.514-5, desde que disponível para saque e desde que efetivamente de titularidade da pessoa falecida.

Caberá a pessoa autorizada, fls.24/25, a prestação de contas diretamente ao outro herdeiro, maior e capaz.

A considerar a consensualidade do pleito e a preclusão lógica do direito de recorrer (art. 1.000 do CPC), o trânsito em julgado desta decisão se opera de imediato e independentemente de renúncia expressa dos interessados e de certidão cartorária a respeito.

Proceda a parte promovente ao recolhimento complementar da taxa judiciária (art. 4º, § 7º da lei estadual nº 11.608/2003) e de mais uma contribuição devida à CPA.

Após o recolhimento, libere-se o valor depositado a fls.33.

Esta sentença tem valor de alvará e será impressa pelo interessado diretamente na internet, no site [www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br).

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Intimem-se.

**SERVIRÁ ESTA SENTENÇA, POR CÓPIA, COMO ALVARÁ**

**PRAZO DE VALIDADE: 180 DIAS**

Araraquara, 12 de julho de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA